

O Globo, 21 de novembro de 2021

Ambientalistas têm planos para a transição verde do Brasil, e procuram candidatos para levá-los adiante

Vazio em plano econômico ambiental do governo estimula especialistas a criarem iniciativas próprias para levar à oposição

Por: Rafael Garcia

A administração Bolsonaro ainda não acabou, e talvez não acabe em 2022, mas os especialistas em meio ambiente que se veem apartados da gestão federal já começaram a planejar a política do setor para o próximo governo. Cientistas e ONGs já têm na mão um plano de desenvolvimento econômico com metas socioambientais, um programa de diretrizes para o clima e uma agenda de desenvolvimento para a Amazônia. Falta agora um candidato a presidente que os abrace.

A elaboração desses projetos começou cedo, até dois anos antes da pandemia, e o cenário de articulação ficou claro a partir da COP26, a conferência do clima de Glasgow, onde os projetos foram apresentados. Sem espaço no estande oficial do governo brasileiro durante o evento, essas iniciativas desfilaram todas no Brazil Climate Action Hub, espaço bancado por três ONGs.

Entre muitas iniciativas de políticas públicas apresentadas ali, a mais detalhada foi um projeto de um “Green New Deal” para o Brasil, um plano de recuperação econômica inspirado nas medidas de estímulo do pós-guerra, mas adotando um enfoque ambiental.

O economista Carlos Eduardo Young, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), apresentou a uma plateia em Glasgow os resultados de suas simulações.

Uma análise concluiu que, num cenário de investimento de 7% do PIB para a retomada econômica, um programa com enfoque na preservação de florestas e no corte de emissões (1 gigatonelada a menos de carbono por ano), o país geraria 800 mil empregos a mais até 2030, com salário médio maior e uma maior parcela com vínculo empregatício.

— Usamos para isso um conjunto de técnicas de simulação econômica, com a matriz de insumo-produto do IBGE [base de dados sobre cadeias produtivas] e combinamos com vetores de emissões de gases de efeito estufa — explica Young.

O Green New Deal Brasil detalha quais seriam as fontes de investimento para sua implementação, e lista 30 medidas e planos de estímulo onde esses recursos seriam aplicados. O projeto é bastante mais específico do que o atual Plano Nacional de Crescimento Verde, do Ministério do Meio Ambiente, criticado por especialistas por reciclar programas velhos e ser vago nas fontes de receita.

O projeto de Young foi encomendado por um fiador político, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), que foi a Glasgow para a apresentação do trabalho. Segundo ele, a ideia do plano não é necessariamente acoplá-lo a uma candidatura específica, mas balizar as propostas de diversas delas.

— Vou levar essa proposta a todos os candidatos a presidente da República que se firmarem, exceto o atual presidente, porque ele já demonstrou que não acredita e não quer esse caminho para o Brasil — diz o deputado.

Clima em foco

Outro plano de retomada econômica para o Brasil é a iniciativa Clima e Desenvolvimento, coordenada pelo centro de estudos Instituto Talanoa e pela Coppe/UFRJ. Este projeto se baseou na consulta a 300 especialistas e representantes da sociedade civil, com enfoque em acelerar a redução de emissões de CO₂ do país. Segundo Emílio La Rovere, professor da Coppe, o consenso moderno na academia é que o ambiente deve ser um norte para a política econômica e precisa de objetivo concreto.

— A questão do clima não pode ser só uma dimensão marginalizada, ela faz parte de uma estratégia de desenvolvimento — diz ele. — Não adianta ficar indicando neutralidade climática em 2050 ou em 2040 se não tiver indicadores de desempenho de monitoramento, tudo relatado com transparência.

Assim como o trabalho de Young, o de La Rovere projeta uma recuperação econômica que ocorre com mais robustez e com melhora nos índices de desigualdade social, quando comparada a um cenário de retomada tradicional, sem foco no clima.

A iniciativa está também bem ancorada politicamente, com um comitê que inclui Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente, e Sérgio Amaral, ex-embaixador do Brasil nos EUA.

Uma das idealizadoras do projeto foi a economista Ana Toni, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade, que ajudou a bancar o hub das ONGs na COP26. Para ela, o entrosamento que se viu entre ambientalistas, figuras da academia e políticos em Glasgow é sinal de que uma boa plataforma para o ambiente será um trunfo valioso na próxima eleição.

— Se os candidatos antes podiam ignorar esse tema durante as campanhas eleitorais, agora não mais. Agora a população vai pedir para eles se posicionarem — diz.

Para Ana Toni, o empresariado brasileiro também já começou a sentir os novos ventos, em parte por pressão dos mercados externos, e se mostra mais disposto a catalisar essa mudança.

— Aqui na COP26 quem estava presente não eram mais os executivos de terceiro ou quarto escalões e os gerentes de sustentabilidade das empresas. Quem veio foram os CEOs — diz Toni.

Um terceiro projeto que atraiu atenção na COP26 foi a agenda de desenvolvimento da iniciativa “Uma Concertação para a Amazônia”, coalizão que envolve empresas, ONGs e gestores públicos.

Coordenada pelo Instituto Arapyaú, a proposta se baseou em reuniões mensais que o projeto vem realizando e delineou diretrizes econômicas e ambientais para a região. O projeto detalha ações por tipo de ambiente do bioma: cidades, florestas preservadas, áreas consolidadas do agronegócio e áreas de fronteira do desmatamento.

Roberto Waack, presidente do conselho do Arapyaú, diz que o projeto avançou no diálogo com estados e municípios e conta com representação de 300 entidades locais. Aguarda, porém, o fim do governo Bolsonaro para interagir com a política federal para a região.

— O Plano Nacional de Crescimento Verde é raso e superficial. Ele traz coisas relevantes, mas não se aprofunda em como realizá-las. O que a gente busca fazer na Concertação é entrar nesse detalhe de como realizar. São prescrições muito mais concretas do ponto de vista de como lidar com a economia da Amazônia — diz Waack.

Paradoxalmente, a busca de diálogo dos ambientalistas com vários atores do espectro político foi facilitada neste ano por uma ausência sentida na COP26: a da ex-senadora e ex-ministra Marina Silva. Nos bastidores, sua não candidatura e a hesitação numa reaproximação com o PT abriram espaço para a formação de uma frente ampla ambientalista que tenha diálogo tanto com o ex-presidente Lula quanto com candidatos rotulados de “terceira via”.

Link para a matéria original:

<https://oglobo.globo.com/mundo/ambientalistas-tem-planos-para-transicao-verde-do-brasil-procuram-candidatos-para-levar-los-adiante-25285230>